

Uma análise da função social da escola com base nas políticas educacionais

Silvia Reis Fernandes¹

Resumo: Tentar compreender e avaliar as políticas públicas e sociais implementadas por um governo, é preciso fundamentalmente a compreensão da concepção de Estado e de política social que sustentam e regem tais ações. Visões diferentes de sociedade, Estado, política educacional, juntos geram projetos e atuações diferentes de intervenção. Estado esse que na visão de Marx e Engels, usa de políticas públicas como linhas de ação estatais deliberadamente assumidas para sustentar o sistema. A análise busca mostrar que as políticas educacionais implantadas no Brasil, vem atuando na deterioração das condições de funcionamento da escola pública brasileira, se distanciando de sua função social, uma vez que não satisfaz toda sua necessidade básica de sustentação e objetivação, sendo que são aplicadas visando um modelo capitalista que não tem como principal objetivo, o conhecimento destinado a todos.

Palavras chave: Políticas Públicas, Políticas educacionais, Estado, Escola

INTRODUÇÃO

Quando começamos a avaliar as políticas implementadas/implantadas por um governo, temos de pensar em fatores de diferentes natureza e importância, especialmente quando essas são políticas sociais, como as de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento etc. Aquelas que afetam diretamente a camada popular.

Vale ressaltar aqui a importante diferenciação entre Estado e governo. Para buscarmos uma compreensão compatível, tomemos o Estado como o conjunto de instituições permanentes, como órgãos legislativos, tribunais, exército, órgãos que

¹. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professor Orientador: José Carlos Libâneo.

possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade políticos, organismos da sociedade civil e outros.

Nos referimos a Políticas públicas aqui como o “Estado em ação” (Gobert, Muller, 1987), e políticas sociais como as ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico, vale dizer que estamos nos referindo a explicações que observam o Estado sob o capitalismo.

Vale ressaltar que o marxismo não pode ser entendido como uma única abordagem, como única referência ao entendimento desse tema. Na visão marxista, contempla-se um pensamento com seus pressupostos referentes à construção histórica de conceitos. Enraizadas nas clássicas formulações de Marx em relação ao Estado e às ações estatais as quais estariam, em última instância, voltadas para garantir a produção e reprodução de condições favoráveis à acumulação do capital e ao desenvolvimento do capitalismo, assim como outras que se encaixam na análise da complexa questão da autonomia e possibilidade de ação do Estado capitalista frente às reivindicações e demandas dos trabalhadores e dos setores não beneficiados pelo desenvolvimento capitalista.

Desde sua concepção, o marxismo construiu uma teoria do Estado capitalista moderno e identificou suas principais políticas públicas. Assim mostrou um Estado em transformação, cujo papel foi se tornando cada vez mais complexo, à medida que as contradições foram se fazendo mais avançadas. O Estado, cuja importância para o capitalismo, na visão de Marx e Engels, foi originalmente pequena, passa gradualmente a ser um aparelho atuante e necessário, por meio de variadas políticas públicas. A teoria marxista do Estado capitalista moderno expressa aqui, uma trajetória do Estado ao intervencionismo econômico. Pensar na presença do Estado, aglomerada às influências do capitalismo, revela o tamanho da crise atual: do projeto de sociedade e do modo de produção, que, levados para políticas voltadas para a educação, não contribuem para o fortalecimento da função social da escola que é a de conhecimento direcionado para todos. Sendo assim, entendo educação como uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado, mas não pensada somente por seus organismos, já que para Marx e Engels, o Estado no capitalismo é visto como consequência do

desenvolvimento econômico, portanto ao pensarmos em políticas públicas, em específico as sociais, são situadas em um modo específico e particular de Estado, com suas interferências objetivando de alguma forma a manutenção das relações sociais de determinada formação social.

A questão aqui a que me proponho é compreender e mostrar que para o modelo de Estado em que nos encontramos, com suas respectivas políticas públicas de cunho social implantadas e implementadas, baseando-se em conceitos de Marx, não satisfaz a necessidade básica de sustentação e objetivação da escola pública.

A educação em Marx

Para Marx, a função social da educação era ir contra a alienação e a desumanização, com isso e para isso seria necessário a obtenção de competências que são indispensáveis para uma visão e compreensão do mundo físico e social. Assim, ele defendia e valorizava uma educação gratuita, mas que não seja atrelada à políticas de Estado.

Marx entendia que a educação deveria ser ao mesmo tempo intelectual, física e técnica, embora não tenha feito uma análise profunda sobre educação. Com o desenvolvimento da sociedade capitalista, educação escolar torna-se, progressivamente, um modo de educar socialmente necessário, por meio do qual se efetiva, de distintas maneiras, a inserção de crianças, jovens e adultos na vida social. O processo de universalização do atendimento educacional, que ocorreu por meio da expansão dos sistemas de ensino e das disposições legais que dizem respeito à obrigatoriedade da educação escolarizada, generalizou uma maneira específica de educar. Sendo assim, a escola se consolida como um modo de promover a educação das novas gerações, uma educação com sentido voltado para as esferas do capitalismo, que é uma forma separada de outras esferas da vida social, que é parte fundamental do processo de escolarização.

Para Luiz Antônio Cunha (1980), a teoria marxista tem a escola como uma forma histórica de educação, característica do modo de produção capitalista; “ela não é apenas o instrumento mas reflexo da divisão entre o trabalho manual e o intelectual” (CUNHA, 1980, p. 33)

Logo, podemos perceber que na relação entre a escola e a sociedade, o movimento entre o geral e o particular pode ser compreendido pela análise da finalidade da educação: os objetivos não podem ser definidos atrelados à totalidade de uma organização social nem completamente subordinada a ela, uma vez que por meio deles se manifestam as formas de uma relação social particular, a relação educacional escolar.

Assim como a categoria ‘capital’ para o conjunto da sociedade, a categoria ‘escola’ em relação à educação opera como uma ‘iluminação geral que modifica as tonalidades particulares de todas as cores’ (MARX), imprimindo a cada modalidade da educação a sua marca. (SAVIANI, 1996, p. 63)

Marx acreditava que uma educação oferecida pelo Estado, capitalista, basicamente em função de desacreditar no currículo que ela traria e na forma como seria ensinado. Embora tenha defendido a educação compulsória em 1869, Marx era contrário a qualquer currículo baseado em distinções de classe.

Assim como em sua época, para os dias atuais, penso que o currículo não pode nem deve ser baseado em distinções de classe. E partindo do ponto que é através da educação que o indivíduo têm acesso ao patrimônio intelectual social e historicamente construído. Tonet resume a natureza essencial da educação como sendo

A apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, etc., que se constituem em patrimônio acumulado e decantado ao longo da história da humanidade. Nesse sentido, contribui para que o indivíduo se construa como membro do gênero humano e se torne apto a reagir diante do novo de modo que seja favorável à reprodução do ser social na forma em que ele se apresenta num determinado momento histórico. (TONET, 2005, p. 222).

Portanto, no processo de apropriação do conhecimento o homem não se detém àquilo que está sendo construído, criado, vai além, parte do que já existe para criar coisas novas, ampliar o que já foi produzido, sente novas necessidades e busca atendê-las incessantemente. Sendo assim, em Marx o trabalho assume o papel de elemento fundante do ser social, as formas de sociabilidade são compreendidas como consequência das relações estabelecidas a partir do trabalho. Como a educação cumpre um papel de elevada importância na reprodução do ser social, a educação tende a apresentar como uma de suas características uma predominância de representação das ideias e concepções dominantes na sociedade.

A educação em uma ótica neoliberalista de organismos internacionais

Em suas análises, Jimenez e Maia apresentam uma crítica aos paradigmas de educação concebidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), dentre outros organismos internacionais para o novo milênio. Esses paradigmas buscam nas mudanças ocorridas no mundo do trabalho para justificar a mudança na concepção de educação. A educação adequada ao novo milênio deverá, segundo a ONU, estar centrada na construção de habilidades que adapte o trabalhador ao mundo de economia globalizada. Para as autoras a educação deveria ofertar aos trabalhadores acesso ao patrimônio intelectual acumulado no percurso histórico para contribuir com a construção de uma sociedade efetivamente humana (2004, p. 105-107).

A escola pública brasileira se caracteriza, atualmente, pelo dualismo descrito por Nóvoa (2009): “a escola concebida essencialmente como um centro de acolhimento social para os pobres (...) por outro lado, uma escola claramente centrada na aprendizagem e nas tecnologias destinada a formar os filhos dos ricos”. Libâneo (2011) reitera essa situação, identificando-a como “o dualismo perverso da escola pública brasileira. Esse dualismo traz fortes repercussões na acentuação das desigualdades educativas, uma vez que a escola proposta nos documentos internacionais apresenta níveis reduzidos de expectativa de escolarização para as camadas mais pobres, já que a ênfase recai mais em ações educativas voltadas para a proteção social, e ajustamento ao mundo globalizado.

As políticas educacionais implantadas em nosso país nos últimos anos sofreram uma mudança de paradigmas e essas mudanças não foram repassadas aos profissionais da educação. Não houve informação e esclarecimentos destas políticas aos alunos, à família, à comunidade local e, mais ainda, não ocorreram no interior das escolas e nem contaram com sua participação, o que cada vez mais consagra a desigualdade social, onde os objetivos que se buscam não visam uma formação cognitiva do aluno, mas o treinamento em habilidades e competências voltadas para o enquadramento profissional. Libâneo (2011), ao expressar o sentido de escola proposto na *Declaração Mundial sobre Educação para Todos*, diz que “ocorre uma inversão das funções da escola: o direito ao conhecimento e à aprendizagem é substituído pelas aprendizagens *mínimas* para a sobrevivência.” (p. 10). No documento do Banco Mundial de 2011 afirma-se que essa aprendizagem mínima para a sobrevivência era um problema maior nos anos 90, mas

atualmente “a velocidade sem precedentes recente do progresso tecnológico e sua assimilação rápida no mercado de trabalho alterou drasticamente o mix de habilidades da força de trabalho” (BM, 2011, p.16). Ou seja, agora o Banco Mundial inverte as funções da escola no sentido de que o direito do conhecimento é substituído por aprendizagens para o mercado de trabalho. Argumenta-se que, pelo fato de que os jovens deixarem a escola muito cedo e provavelmente não voltarem, faz-se necessário dar-lhes oportunidade de aprendizagem, tais como treinamento em habilidades de trabalho, a fim de ajuda-los a encontrar emprego.” Esta tendência é um poderoso argumento para alinhar currículos escolares com necessidades do mercado de trabalho (BM, 2011, p. 16).

Para seguir em frente com a manutenção de sua lógica, o capital vale-se de instituições como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC) para o cumprimento do papel direcionador das políticas que busquem garantir a hegemonia do capital através da “orientação” das diretrizes de políticas públicas, dentre estas, as políticas educacionais. A mercantilização da educação que estamos vivenciando está inserido num processo agudo de subordinação ao capital.

As análises dos principais documentos elaborados pelo Banco Mundial, a partir da segunda metade da década de 1990, demonstra que o reordenamento do Estado e a redução das políticas sociais e dos direitos do trabalho constituem os eixos norteadores das políticas dos organismos internacionais do capital para a periferia do capitalismo. A efetivação de tal projeto de sociabilidade burguesa pela utilização da noção de “público não estatal” (ou “bem público”) como fundamento político para: (a) diluir as fronteiras entre público e privado; (b) legitimar o perverso processo de privatização; (c) viabilizar a construção de um lucrativo campo de exploração para o capital em crise: a educação superior. (PINTO, 2007, p. 57).

Silva Júnior (2002, p. 121), alerta que se tratando de um Banco, as políticas públicas formuladas, devem se orientar com base em algum critério, e que “[...] o Banco Mundial tem como critério a eficiência, a eficácia, a produtividade: razão mercantil, o que implica dizer que o critério fundamental é a razão de proporcionalidade custo/benefício, sem a menor preocupação com a formação humana”.

A partir das fortes exigências do capital fazendo parte do contexto escolar e atuante no trabalho pedagógico, passa-se a exigir da escola uma educação de qualidade capaz de propiciar diversificadas habilidades e competências no processo formativo.

Assim, conforme Gentili (2004), o mercado de trabalho passou a interferir na tomada de decisões relativas às políticas educacionais, estimulando a aplicação de um conjunto de avaliações das instituições educacionais escolares, como forma de auferir critérios de qualidade, estimulando a produtividade, a eficiência e a eficácia na escola. No entanto, o que realmente as denominadas avaliações externas ou em larga escala têm favorecido tem sido a comparação e a crescente competição, dada a exigência de resposta em relação à cobrança por parte do Estado e da sociedade para com a produção de resultados positivos, sem, contudo, serem levadas em consideração as peculiaridades de cada instituição escolar, que certamente interferem nos resultados da avaliação aplicada.

Na visão de Bernard Charlot, as estratégias para a educação impostas pelos organismos internacionais produzem o ocultamento da dimensão cultural e humana da educação. Para ele, “essa redução da educação ao estatuto de mercadoria resultante do neoliberalismo ameaça o homem em seu universalismo humano, em sua diferença cultural e em sua construção como sujeito” (2005, p.143). Sendo assim, as desigualdades sociais diminuem, pelo contrário, levam ao distanciamento do acesso a uma educação de qualidade, condicionando os menos favorecidos a um mercado capitalista, onde se é preciso investir em habilidades (qualidades) específicas, para sustentar seus objetivos neoliberais.

As reformas educativas aplicadas no Brasil trouxeram supostas inovações escolares, mas em geral com medidas externas ao processo de ensino-aprendizagem, como mudanças no currículo e nas formas de gestão, dentro de um modelo de eficiência do sistema de ensino. Com isso, o sistema de ensino deixou de “investir nas ações pedagógicas no interior da escola para um enfrentamento pedagógico-didático dos mecanismos de seletividade e exclusão.” (LIBANEO, 2011, p.11). Dessa forma, é preciso pensar numa escola que busque uma formação geral com base em saberes públicos que apresentam um valor, que prepare os alunos não só para o enfrentamento do trabalho, mas para a formação cultural e científica. Não é justo distanciar as crianças e jovens desses saberes, pelo contrário, temos de levá-los a até eles, temos que nos preocupar não é se eles estão instruídos apenas para trabalhar e prosperar. As políticas estão financiando esse modelo educacional imposto pelos organismos internacionais, podem financiar um projeto de construção social adequado às crianças mais pobres, levando condições para que o conhecimento e a ciência sejam acessíveis a todos, e não simplesmente uma escola

acolhedora que busca apenas oferecer um “kit” de habilidades para sobrevivência social, como bem escreve Torres (2005) Tal como escreve Libâneo:

A escola tem, pois, o compromisso de reduzir a distância entre a ciência cada vez mais complexa e a cultura de base produzida no cotidiano, e a provida pela escolarização. Junto a isso tem, também, o compromisso de ajudar os alunos a tomarem-se sujeitos pensantes, capazes de construir elementos categoriais de compreensão e apropriação crítica da realidade. (LIBÂNEO, 1998, p. 4).

A luta pelas conquistas sociais é grande entre educadores e se torna um dever ético lutar a favor do ensino público. Para esse propósito, temos que nos basear em referências teóricas e conceituais a fim de buscar um consenso entre os educadores, políticos e organizações sociais, em favor de um ensino que valorize nos alunos, o domínio dos saberes “sistematizados como base para o desenvolvimento cognitivo e a formação da personalidade, por meio da atividade de aprendizagem socialmente mediada” (LIBÂNEO, 2011, p.11)

A escola com que sonhamos é aquela que assegura a todos a formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã, possibilitando uma relação autônoma, crítica e construtiva com a cultura em suas várias manifestações: a cultura provida pela ciência, pela técnica, pela estética, pela ética, bem como pela cultura paralela (meios de comunicação de massa) e pela cultura cotidiana. (LIBÂNEO, 1998, p. 4)

A formação cultural e científica tem como fundamento as pedagogias voltadas para a formação do pensamento conceitual e para o desenvolvimento mental, tal como a pedagogia histórico-cultural formulada por Lev Vygotsky e seguidores. O papel democrático da escola e sua função social é de promover e ampliar o desenvolvimento mental e a formação da personalidade, por meio do domínio de saberes e instrumentos culturais. Quando defendemos essa teoria, o fazemos (defendemos) pelo fato de que ela traz contribuições para formar cidadãos participantes em todas as instâncias da sociedade, cidadãos críticos e criativos, com formação de qualidades morais e convicções que fazem parte de uma competência reflexiva, com reconhecimento das diferenças e da diversidade cultural. Por isso, defendemos uma escola que tenha como concepção de formar cidadãos, ampliando seu desenvolvimento mental, para que tenham capacidades de ir além do que é proposto por políticas neoliberais para a educação, que restringe a escola à formação de mão de obra e à empregabilidade.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelho Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

GENTILI, Pablo A. A. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário**. Fírgoa, Universidade Pública - Espazo Comunitario. 2004. Disponível em: <http://firgoa.usc.es/drupal/node/3036>. Acesso em 15 de agosto de 2013.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CHARLOT, Bernard. **Globalização e educação. Texto de Conferência no Fórum Mundial de Educação**. 2003.

HADDAD, Sérgio (org.). **Banco Mundial, OMC e FMI: impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2008.

JIMENEZ, Susana V.; MAIA, Osterne. **A chave do saber: um exame crítico do novo**. In: JIMENEZ, Susana V; RABELO, Jackline (Org.). **Trabalho educação e luta de classes**. Fortaleza: Brasil Tropical, 2004, p. 105 – 124.

JIMENEZ, S. V. e MENDES SEGUNDO, M. das D. **Erradicar a pobreza e reproduzir o capital: notas críticas sobre as diretrizes para a educação do novo milênio**. Cadernos de Educação – Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Educação. Ano 16, n. 28. jan/jun.

LIBANEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. 2011.

LIBÂNIO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? novas exigências educacionais e profissão docente**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl, **O capital: crítica da economia política**: Livro I, V. I; Tradução de Reginaldo. Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. In: Textos, vol. III. São Paulo: Edições Sociais/Editora Alfa-Omega, 1982.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade**. São Paulo: Xamã, 2005.

NÓVOA, A. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

PINTO, Maria Barbosa. **A crise de acumulação de capital e o papel social da Universidade brasileira**. *Universidade e Sociedade*. Brasília, ano XVI N° 39, p57-70, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **A resistência ativa contra a nova lei de diretrizes e bases da educação.** In: Revista Princípios. Nº 47. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, novembro/97 a janeiro de 1996.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC.** São Paulo: Xamã, 2002.

TONET, Ivo. **Educação cidadania e emancipação humana.** Ijuí: Ed. Injuí. 2005. – 256p. – (coleção fronteiras da educação).

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2006, v. 1, livro primeiro, tomo 2, capítulo XXIV.

_____. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: DE TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais.** São Paulo: Cortez Editora, 1996. p. 125-193.

WCEFA (*World Conference on Education for All*/Conferência Mundial de Educação para Todos). **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien, Tailândia, 1990.

WORLD BANK (World Bank Group Education Strategy 2020.) **Learning for All: Investing in People's Knowledge and Skills to Promote Development.** Banco Mundial, 2011